

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ECLESIASTICA

e Revista

«LUSITANIA SACRA»

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA

Com a morte de Mons. Miguel de Oliveira desapareceu o braço direito desta duas obras, vindo, por isso, a propósito fornecer alguns dados sobre a maneira como nasceu e evolucionou a ideia de uma e outra.

Quanto ao «Centro» suponho bastar a transcrição do aviso publicado nas *Novidades* de 17 de Nov. de 1955 e do artigo que sobre aquele publiquei a 20 e 22 de Dez. desse ano, respectivamente, no *Diário do Minho e Novidades*, juntando-lhe apenas ligeiros esclarecimentos.

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ECLESIASTICA

Em vista do desenvolvimento que vão tomando em todos os países os trabalhos de investigação da História Eclesiástica, está projectada a criação de um Centro de Estudos em que possam congregar os seus esforços os investigadores portugueses. Esta iniciativa conta com o alto patrocínio de Sua Eminência o Senhor Cardeal-Patriarca, antigo Professor de História na Universidade de Coimbra.

Para troca de impressões a respeito da orientação dos trabalhos e possibilidades de uma Revista especializada, está marcada uma reunião que se efectuará em Lisboa, nos dias 5 e 6 de Janeiro, numa das salas anexas à igreja de S. Nicolau.

Espera-se a comparência de todos os que se interessam pelo estudo da História Eclesiástica Portuguesa, leigos ou sacerdotes, independentemente de qualquer convite pessoal.

As adesões podem ser enviadas a Mons. Miguel de Oliveira, Redacção das Novidades, ou ao Rev. Dr. Silva Rego, Rua da Indústria, 85 — 2.º E, Lisboa (1).



A 17 do corrente, noticiaram as «Novidades» que estava em projecto a criação deste Centro com a possível publicação duma Revista especializada.

De há muito se fazia sentir profundamente a falta dum Centro desta natureza, por razões que, embora bem conhecidas de todos, poderemos sintetizar em três alíneas:

1) A História da Igreja em Portugal, dentro dum critério científico baseado em sólida documentação, está ainda por escrever.

Há, é certo, valiosos trabalhos, como os de Fortunato de Almeida e de Mons. Miguel de Oliveira. A História do primeiro, embora trabalho monumental, não satisfaz, porque o seu benemérito autor, que foi infatigável na busca de elementos, não podendo recorrer às fontes, teve de recolher os dados dispersos por um sem número de obras, cujo mérito científico deixa, muitas vezes, a desejar.

O trabalho de Mons. Miguel de Oliveira, sob o aspecto científico, supera o de Fortunato de Almeida, mas é apenas um resumo («uma espécie de guia» lhe chama o autor) da História da Igreja em Portugal.

Um trabalho desta natureza, pela vastidão e complexidade dos problemas, só pode ser escrito por um grupo de especialistas e depois duma longa investigação nos arquivos nacionais e estrangeiros, principalmente do Vaticano e da Espanha.

Esse trabalho de síntese supõe ainda a prévia publicação de monografias sérias sobre a história de cada diocese, das instituições eclesiásticas, das ordens e congregações, da cultura religiosa, da hagiografia, etc., porque das monografias existentes poucas são as de real mérito científico.

Trabalhos desta natureza não se improvisam. Requerem uma investigação demorada e, por isso mesmo, muito dispendiosa.

Sabemo-lo bem por experiência, porque já orça por cento e cinquenta contos o nosso trabalho de investigação medieval, que ainda está longe do fim.

Ora o clero português, exceptuando o religioso a quem as respectivas congregações custeiam a investigação, não vive em situação económica que lhe permita consagrar-se a trabalhos científicos tão dispendiosos.

Torna-se absolutamente indispensável haver um Centro de Estudos que estimule vocações, que oriente e coordene esforços, que garanta, finalmente, a possibilidade dum trabalho sério e continuado, prestando até assistência financeira aos investigadores e publicando-lhes as obras.

2) É humilhante a situação do clero português, que, apesar de ter um curso de preparatórios equivalente ao dos liceus e um curso superior, qual é o de Teologia, é tido nos meios científicos oficiais praticamente por ignorante.

(1) «Novidades», 17 de Nov. de 1955.

Nem julguem os leitores exagerada a afirmação. É a triste realidade, porque um sacerdote português como tal não é convidado para tomar parte nos congressos científicos, v. g. da Associação Luso-Espanhola para o Progresso das Ciências.

É certo que são convidados vários sacerdotes, mas por pertencerem a Academias ou Sociedades culturais ou por serem professores do ensino superior, etc., e nunca enquanto sacerdotes, mesmo professores dos Seminários.

A culpa tem sido nossa, por nunca termos agrupado os sacerdotes, entre os quais há muitos de grande saber e de real valor científico, num organismo cultural, que fosse reconhecido oficialmente.

Teremos agora oportunidade de o fazer.

3) Em 1952, por sugestão do Rev.^{do} Dr. Mário Martins, recebemos do Rev.^{do} Doutor L. Willaert, S. J., decano da Faculdade de Namur, Bélgica, e presidente da *Commission Internationale d'Histoire Ecclésiastique Comparée*, que, por sua vez, faz parte do *Comité International des Sciences Historiques*, um insistente pedido para procurarmos organizar em Portugal uma Comissão Nacional, à semelhança do que estava a fazer-se em vários países.

Há meses, conseguimos que o Governo, por portaria do Ministério da Educação Nacional, nomeasse essa comissão, a que ficamos a pertencer com os Srs. Dr. Salvador Dias Arnaut, Mons. Miguel de Oliveira, Dr. A. da Silva Rego e P.^o António Brásio.

Por falta de tempo, a Comissão não pode apresentar qualquer trabalho no X Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Roma, de 4 a 11 de Setembro findo, no qual se fez representar pelo Rev.^{do} Dr. Silva Rego.

Este congresso, pelo alto espírito científico que o orientou, pelo número e qualidade dos trabalhos apresentados, cujos relatórios ocupam sete volumes, pela notabilíssima exposição histórica no Vaticano e recepção e discurso do Sumo Pontífice, teve extraordinária importância.

O próximo congresso realiza-se em Estocolmo em 1960, estando já a organizar-se cuidadosamente o plano de trabalhos, que são presididos por comissões especializadas.

Para não se verificar outra vez o triste espectáculo de Roma, em que não apareceu um único trabalho português nem brasileiro, razão por que a língua portuguesa não foi admitida como língua internacional, é preciso cuidar a sério, e desde já, da nossa condigna participação no XI Congresso Internacional de Ciências Históricas, de Estocolmo.

A parte da história profana fica à responsabilidade da respectiva Comissão Nacional. À Sub-Comissão de História Eclesiástica pertence cuidar da história religiosa, em todos os seus aspectos.

Além dos problemas de interesse nacional, há outros que transcendem as fronteiras e interessam à Comissão Internacional de História Eclesiástica Comparada, que propõe os seguintes temas para o congresso de 1960:

- a) *Bibliografia da Reforma* (1450-1648), a publicar pela U.N.E.S.C.O.
- b) *A Reforma gregoriana* (Gregório VII) e sua repercussão nos diversos países.
- c) *Geografia histórico-eclésiástica*, com organização de mapas por províncias e dioceses, a fim de permitir o levantamento de cartas para toda a Igreja.

d) *Relações da Igreja com as outras civilizações.*

e) *Erros e lacunas dos manuais de história e meio de os eliminar.*

Se exceptuarmos o primeiro tema, os outros interessam muito à nossa própria história. Basta reparar na influência da reforma gregoriana na vinda de novas congregações religiosas para a península, na substituição do rito hispânico pelo romano e consequente formação do bracarense.

A geografia eclesiástica tem sofrido entre nós profundas alterações. Vejam-se, v. g., as da província e diocese de Braga.

Quanto às relações da Igreja com as outras civilizações, ninguém pode falar com mais razão que Portugal, que pôs o catolicismo em contacto com as civilizações dos povos da África, da Ásia, da América e Oceânia.

A Comissão Internacional pede-nos o parecer e colaboração para estes e outros problemas, para *«collaborer à des analyses comparatives ou à la préparation de grandes synthèses internationales»*.

O próprio brio nacional obriga-nos, segundo diz a mesma Comissão Internacional, *«à mettre fin à l'anarchie dans la poursuite scientifique et à l'isolement des chercheurs, enfermés dans leur nationalité, pour faciliter la collaboration internationale»*.

Os membros da Sub-Comissão Nacional não podem nem querem tomar, só por si, a responsabilidade desta leal colaboração.

Reuniram-se, por isso, em Lisboa, a 24 de Novembro findo, e resolveram propor a Sua Eminência, o Senhor Cardeal-Patriarca, e ao Venerando Episcopado Português a criação dum Centro de Estudos de História Eclesiástica.

Sua Eminência acolheu a ideia *«com o maior interesse e até entusiasmo»*, escrevia-nos Mons. Miguel de Oliveira, logo a 29 de Novembro.

Com igual interesse e entusiasmo acolheu essa ideia o nosso Venerando Prelado, quando lha comunicamos, a 1 de Dezembro. O mesmo se pode dizer dos outros Prelados Portugueses.

Este Centro não pretende ser uma biblioteca ou arquivo, nem uma escola de formação técnica nem uma academia para laurear investigadores já consagrados.

Terá, porém, de ser um pouco de tudo isso, reunindo todos os sacerdotes, e até leigos, que se interessem e possam dedicar ao estudo da história eclesiástica, e a ver se num futuro próximo podemos apresentar trabalhos sérios de investigação.

Seria indesculpável que ficassem fora deste Centro os professores de História Eclesiástica dos Seminários diocesanos e religiosos e os investigadores que já deram provas da sua boa vontade e competência.

A entrada destes será um estímulo e proveitosa lição para os que ainda não se iniciaram nos árduos trabalhos da investigação.

Para troca de impressões e para estabelecer um plano de trabalhos de interesse para a História da Igreja, especialmente em Portugal, realizam-se reuniões em Lisboa a 5 e 6 de Janeiro próximo, sendo os participantes recebidos neste dia por Sua Eminência, o Senhor Cardeal-Patriarca.

Desta maneira poderemos, assim o esperamos, participar honrosamente no congresso de 1960.

Nas reuniões preparatórias, a realizar no verão de 1956 e de 1957, respectivamente em Madrid e Moscovo (se, como é de crer, o Governo russo lá deixar entrar

a Comissão de História Eclesiástica), já poderemos indicar os temas a versar e pessoas que deles se incumbem.

Os interessados, mesmo leigos, podem considerar-se desde já convidados e participar a sua adesão a Mons. Miguel de Oliveira, redacção das *Novidades*, ao Dr. Silva Rego, Rua da Indústria, 85, 2.º E, Lisboa, ou a P.º Avelino de Jesus da Costa, Faculdade de Letras de Coimbra ou, durante estas férias, Ponte da Barca (2).

A 5 e 6 de Janeiro de 1956, realizaram-se as anunciadas reuniões em Lisboa, numa sala da igreja de S. Nicolau, amavelmente cedida para o efeito pelo seu então Prior Rev.º Dr. Gustavo de Almeida.

Além da Comissão organizadora do Centro, constituída por Mons. Miguel de Oliveira, Revs. Dr. A. da Silva Rego, P. António Brásio e por mim, compareceram os Revs. Drs. Gustavo de Almeida, Xavier Coutinho, Mário Martins, P. A. Dias Dinis e vários outros sacerdotes, sobretudo professores de História. Alguns que não puderam assistir deram a sua adesão, como os Revs. Drs. Almeida Trindade e Eurico Nogueira, actuais bispos de Aveiro e de Vila Cabral. Foram também muitos os leigos que assistiram ou mandaram a sua adesão, como o Prof. Torquato de Sousa Soares, Drs. H. Barrilaro Ruas, José Sebastião da Silva Dias, António Cruz, Costa Brochado, etc.

Todos reconheceram a necessidade e urgência de se organizar um Centro de Estudos de História Eclesiástica, sendo um dos membros da Comissão encarregado de redigir os respectivos estatutos, a fim de vir a obter personalidade jurídica civil e eclesiástica, única maneira de poder desempenhar cabalmente a missão a que se destinava.

Na tarde do dia 6 de Janeiro, o Senhor Cardeal-Patriarca recebeu a Comissão Organizadora e outros sacerdotes participantes nas reuniões, falando, em nome de todos, Mons. M. de Oliveira que prestou homenagem ao Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, a quem agradeceu o carinho e interesse com que acolheu a ideia da fundação do Centro. Nesta homenagem — disse — envolvia todos os Prelados portugueses. Os presentes sabiam — acrescentou — que nada podiam fazer à margem da hierarquia da Igreja. «É da Igreja — prosseguiu — que nos vem a luz essencial para os estudos de história eclesiástica».

Acentuou, depois, a necessidade de organizar e intensificar o estudo da história da Igreja, referindo-se, a propósito, às recentes intervenções de russos em reuniões internacionais da especialidade.

(2) «*Diário do Minho*» de 20 de Dez. de 1955, e «*Novidades*» de 22 de Dez. do mesmo ano.

Mais adiante, Monsenhor Miguel de Oliveira expôs a Sua Eminência os resultados da primeira reunião, dizendo pretender-se que o «Centro de Estudos de História Eclesiástica» seja um organismo capaz de ser oficializado e, por consequência, de vir a ter personalidade jurídica. Só assim seria possível conferir-lhe o carácter representativo, que lhe é indispensável.

Finalmente, Monsenhor Miguel de Oliveira afirmou ao Senhor Cardeal-Patriarca que foi aprovada a próxima publicação do órgão do Centro, revista que terá por título, provavelmente, «Lusitânia Sacra». Algumas dificuldades, especialmente materiais, não eram consideradas insuperáveis.

A concluir, Monsenhor Miguel de Oliveira declarou que vinham depor nas mãos de Sua Eminência, nas mãos da Igreja, os projectos, desejos, sonhos e dificuldades para que o Eminentíssimo Purpurado tudo abençoasse.

Portugal e a Igreja devem congratular-se com a fundação do Centro de Estudos de História Eclesiástica

— DISSE O SENHOR CARDEAL-PATRIARCA

O Senhor Cardeal-Patriarca afirmou, em resposta, que se congratulava com a fundação do Centro de Estudos de História Eclesiástica e com ele julgava que deviam congratular-se Portugal e a Igreja. Congratulava-se por esta tão prometedora iniciativa, de há muito necessária, e porque se começa a entrar no capítulo das realizações.

Acrescentou Sua Eminência esperar que este começo florescerá e dele sairão grandes resultados, reunindo os voluntários de história sagrada e impulsionando os seus trabalhos. Portugal — acentuou o ilustre Purpurado — não pode conhecer a sua história sem conhecer a história da Igreja. A Igreja está presente em todas as épocas, desde a formação da alma nacional, até à expansão portuguesa no Mundo e à elevação da cultura, não só literária, mas geral.

Infelizmente, havia de reconhecer-se que ainda não está feita a história da Igreja em Portugal. Por isso, Sua Eminência agradecia e aben-

çoava este grande serviço à Igreja e à Nação — pelo que o Centro pode já realizar, e pelo que pode fazer, suscitando novas vocações.

Depois de diversas considerações sobre a história da Igreja, o Senhor Cardeal-Patriarca, repetiu que abençoava a iniciativa, de todo o coração. E concluiu, afirmando que este dia é uma grande esperança no pensamento português⁽³⁾.

Por dificuldades inesperadas, não foi possível até hoje redigir os estatutos do Centro de Estudos de História Eclesiástica, motivo por que não tem tido acção tão eficiente como era de esperar. Garantiu, não obstante, a publicação de oito volumes do seu órgão *Lusitania Sacra*, da *Bibliografia portuguesa sobre a Reforma e Contra-Reforma (1450-1648)*, redigida pelo Rev.^o Frei António do Rosário, O. P., e publicada pela U.N.E.S.C.O.⁽⁴⁾, e a colaboração com a Commission Internationale d'histoire Eclésiastique Comparée.

Espera-se dar nova vida ao Centro, com a redacção dos estatutos e a sua anexação à Universidade Católica ou a outra Instituição de Cultura, com a qual passe a trabalhar em íntima e recíproca colaboração.

LUSITANIA SACRA

Nas mencionadas reuniões de 5 e 6 de Janeiro de 1956, discutiram-se as vantagens em lançar uma revista de História Eclesiástica, ideia que foi aprovada, não obstante se preverem grandes dificuldades em obter colaboração, que, pelo seu nível cultural, prestigiasse a revista e sobretudo em obter os meios materiais indispensáveis para fazer face às elevadas despesas.

Por proposta de Mons. Miguel de Oliveira, escolheu-se o título de *Lusitania Sacra*, não por influência da revista congénere espanhola *Hispania Sacra*, mas por ter sido este o título que o ilustre polígrafo P. António Pereira de Figueiredo deu a um dos seus manuscritos de História Eclesiástica, que se guarda na Biblioteca da Academia das Ciências.

Por escolha unânime de todos os participantes, Mons. Miguel de Oliveira ficou a dirigir a revista, tendo como membros agregados da Comissão Redactorial a mim e aos Revs. Dr. A. da Silva Rego e António Brásio, a que pouco depois se juntaram os Revs. Drs. Bernardo Xavier Coutinho e Mário Martins.

(3) «Novidades», de 7 de Janeiro de 1956.

(4) *Bibliographie de la Reforme (1450-1648)*, ouvrages parus de 1940 a 1955. Troisième fascicule: *Italie — Espagne — Portugal*. Leiden, 1961.

Além da sua colaboração, Mons. Miguel de Oliveira tinha de reunir e rever os originais, traduzir os redigidos em língua estrangeira, cuidar da impressão, revisão de provas, contas com a tipografia, etc. A meu encargo ficou a permuta da *Lusitania Sacra* com revistas estrangeiras.

Os primeiros quatro volumes saíram anualmente entre 1956 a 1959. As dificuldades financeiras foram-se, porém, agravando a ponto de a revista ter de passar a sair de dois em dois e até de três em três anos, o que tornou difícil e, em alguns casos, até impossível manter as permutas regulares com revistas estrangeiras.

Para evitar a suspensão da revista, foi preciso recorrer à Fundação Calouste Gulbenkian, ao Instituto de Alta Cultura e, finalmente, ao Episcopado português, como passo a expor resumidamente.

Subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian

Atendendo o pedido feito por Mons. Miguel de Oliveira em 1959, a Fundação enviou-lhe o seguinte ofício:

Ex.^{mo} e Rev.^o Monsenhor,

Em aditamento à correspondência anteriormente trocada com V. Rev.^a, relativamente à publicação da revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica — «Lusitânia Sacra» —, temos o prazer de comunicar que o Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian deliberou considerar favoravelmente o assunto.

Nestes termos, informamos V. Rev.^a de que foi votado um subsídio extraordinário de Esc. 50.000\$00 (cinquenta mil escudos) destinado a assegurar a publicação dos números da mencionada revista, durante os anos de 1959 e 1960, devendo, das respectivas edições, constar o patrocínio concedido pela Fundação.

Aquela verba será liquidada à medida que V. Rev.^a nos comunique verificar-se a necessidade de o fazer.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Rev.^a os nossos mais atenciosos cumprimentos.

(José Raposo de Magalhães)

Em agradecimento, Mons. Miguel de Oliveira enviou os dois ofícios seguintes:

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1960.

Ex.^{mo} Senhor:

Muito reconhecido, venho agradecer a V. Ex.^a a informação que se dignou comunicar-me, pelo ofício n.º 113, de 29 de Janeiro, a respeito do subsídio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian para assegurar a publicação dos tomos da revista «Lusitania Sacra», relativos aos anos de 1959 e 1960.

Está agora em composição tipográfica o original da edição de 1959, em que se mencionará, como é de justiça, o patrocínio concedido pela Fundação.

Oportunamente informarei da ocasião em que será necessária a liquidação da verba respeitante a este tomo.

Com renovados agradecimentos e a maior consideração

Pela Comissão de Redacção
(*Mons. Miguel de Oliveira*)

Ex.^{mo} Senhor

Dr. Azeredo Perdigão:

Tendo recebido a informação de que o Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian considerou favoravelmente o pedido relativo à publicação da revista «Lusitania Sacra», cumpre-me testemunhar a V. Ex.^a o meu reconhecimento pela atenção que desde logo concedeu a este assunto.

A nossa admiração pela obra cultural que a Fundação está desenvolvendo sob a direcção de V. Ex.^a, fica especialmente penhorada pelo auxílio prestado a esta publicação, única no seu género em Portugal e felizmente bem apreciada entre as similares estrangeiras.

Faremos todos os esforços para apresentar condignamente as edições respeitantes a 1959 e 1960, agora asseguradas com tão valioso patrocínio.

Renovando os meus agradecimentos, apresento a V. Ex.^a a homenagem da mais distinta consideração.

Lisboa, 3 de de Fevereiro de 1960

(*Mons. Miguel de Oliveira*)

Por conta da verba concedida, Mons. Miguel de Oliveira pediu 25.000\$00 para o vol. IV, a 20 de Junho de 1960, e os restantes 25.000\$00 para o vol. V, a 31 de Maio de 1962, quantias que lhe foram remetidas, respectivamente, a 24 de Junho de 1960 e 11 de Junho de 1962.

Foram remetidos à Fundação 25 exemplares dos vols. IV e V.

Mantendo-se as dificuldades económicas, Mons. Miguel de Oliveira teve de recorrer novamente à benemérita Fundação Gulbenkian, mas agora sem resultados, como consta dos ofícios seguintes:

Ex.^{mo} Senhor
Dr. Azeredo Perdigão:

Mais uma vez venho apresentar à Fundação Calouste Gulbenkian, de que V. Ex.^a é muito digno Presidente, o caso da LVSITANIA SACRA, Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica. Felizmente não temos encontrado grandes dificuldades em obter colaboração literária. E era o que, a princípio, mais se receava. Torna-se, porém, *impossível ocorrer só com os próprios meios ao encargo editorial*.

Permita, pois, V. Ex.^a que confie à sua especial protecção a pretensão exposta no memorial junto.

Agradecendo as atenções que nos têm sido dispensadas, apresento a V. Ex.^a os meus cumprimentos e a homenagem da maior consideração.

(Mons. Miguel de Oliveira)

LUSITANIA SACRA

Esta revista iniciou a sua publicação em 1956 e abrange até hoje cinco tomos com 330 páginas de texto cada um. Nela se têm editado estudos originais de historiadores portugueses e estrangeiros, documentos e textos inéditos, registos bibliográficos e notas eruditas para auxílio dos investigadores. Alguns problemas aí apresentados mereceram particular atenção nos meios cultos e interessam à história geral do país, que não só à história da Igreja.

Única no seu género em Portugal, é bem apreciada entre as similares estrangeiras e veio preencher uma lacuna entre as nossas revistas de cultura especializada. Infelizmente, tem um público forçosamente restrito e não correspondeu no aspecto económico aos planos iniciais, pois não pode deixar de ser oferecida a muitos a quem importa a sua leitura e os exemplares absorvidos pelo mercado não chegam para compensar as despesas com o trabalho tipográfico.

Deve, aliás, dizer-se que as revistas do mesmo género que se publicam noutros países também só conseguem manter-se com subsídios especiais, e as outras revistas culturais portuguesas constituem geralmente um encargo para as instituições que as editam.

Só foi possível publicar os dois últimos tomos de «Lusitania Sacra» pelo patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, que para eles concedeu em Janeiro de 1960, um subsídio extraordinário de cinquenta mil escudos.

Pede-se a renovação deste subsídio, a ver se pode evitar-se a suspensão da revista enquanto se não funda uma instituição cultural — Universidade ou Instituto Católico — que porventura tenha interesse em continuar a sua pu-

blicação e disponha de recursos materiais que faltam aos actuais redactores, empenhados apenas em valorizar o fundo cultural da revista com os estudos históricos que lhe têm oferecido.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1962

Pela Comissão de Redacção de
«Lusitania Sacra»
(P. Miguel de Oliveira)

Lisboa, 2 de Abril de 1963

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Monsenhor,

Relativamente ao pedido apresentado por V. Rev.^a, a favor da publicação da revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica, «Lusitania Sacra», oferece-se-nos comunicar o seguinte:

A Fundação Calouste Gulbenkian tem já estruturado o seu próprio plano de edições, que se encontra actualmente em vias de execução. A existência deste plano torna inoportuna a consideração favorável de pedidos e subsídios para publicações.

Nestes termos, sentimos muito dever levar ao conhecimento de V. Rev.^a que — apesar de o assunto ter sido considerado dentro do melhor espírito — não houve possibilidade de o incluir no programa de actividades actualmente prosseguidas por esta Fundação.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Rev.^a os nossos mais atenciosos cumprimentos.

(José Raposo de Magalhães)

Lisboa, 22 de Abril de 1963.

Ex.^{mo} Senhor:

Muito reconhecido, venho agradecer a comunicação de V. Ex.^a relativamente ao pedido por mim apresentado a favor da publicação da revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica, «Lusitania Sacra».

Compreendendo a preferência que a Fundação Calouste Gulbenkian deva prestar às edições da sua própria iniciativa, resta-nos aguardar a oportunidade de outras formas de auxílio, como seria a aquisição de exemplares para distribuir pelas suas bibliotecas.

Entretanto, sentimo-nos penhorados pelas atenções até agora dispensadas aos assuntos da nossa revista.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.^a Ex.^a os melhores cumprimentos.

Pela redacção da «Lusitania Sacra»
(Mons. Miguel de Oliveira)

Subsídio do Instituto de Alta Cultura

Não tendo sido possível obter novo subsídio da Fundação Gulbenkian e estando a agravar-se a situação económica da revista, foi necessário fazer o seguinte pedido:

Ex.^{mo} Senhor
Presidente do Instituto de Alta Cultura:

A Sub-Comissão Nacional de História Eclesiástica tem procurado desempenhar-se o melhor possível da sua missão, tanto no campo externo como no interno.

1) Tem, com efeito, prestado à Comissão Internacional de História Eclesiástica Comparada toda a colaboração que a mesma lhe tem pedido, nomeadamente na elaboração da «Bibliografia da Reforma e da Contra-Reforma». Devido a esta pronta e dedicada colaboração, Portugal foi um dos primeiros países a ter a referida «Bibliografia» publicada pela Comissão Internacional.

2) No campo interno, tem procurado promover o interesse pela nossa História Eclesiástica, motivo por que, de colaboração com diversos estudiosos, fundou o Centro de Estudos de História Eclesiástica e a revista LUSITANIA SACRA, que serve de órgão do mesmo Centro.

A publicação desta revista tem-lhe exigido grandes sacrifícios e, não obstante os subsídios que conseguiu obter do Episcopado Português e da Fundação Calouste Gulbenkian, o seu débito à casa editora, a União Gráfica, é actualmente de Esc. 47 115\$00 (quarenta e sete mil cento e quinze escudos).

Esta aflitiva situação económica obrigou a Comissão de Redacção da LUSITANIA SACRA — António Brásio, A. da Silva Rego, Avelino de Jesus da Costa, Bernardo Xavier Coutinho, Mário Martins e Miguel de Oliveira, a passar a revista de anual para bienal.

Por este motivo, o vol. VI corresponde aos anos 1962/63 e o vol. VII, em preparação, corresponderá a 1964/65.

Por outro lado, a situação deficitária não permite dar separatas aos colaboradores e obriga o vogal P. Avelino de Jesus da Costa a fazer à sua custa as permutas com o estrangeiro, de que está incumbido.

A LUSITANIA SACRA, como V. Ex.^a poderá ver pela colecção que temos a honra de oferecer, conseguiu já um lugar de prestígio nos meios cultos nacionais e estrangeiros, mas, a manter-se a situação deficitária em que se encontra, esse prestígio sofrerá grave quebra, por uma dupla razão:

- a) Rareiam os colaboradores idóneos, não lhes oferecendo separatas;
- b) As Revistas estrangeiras ameaçam suspender as permutas, se a LUSITANIA SACRA não voltar a sair anualmente.

Para obviar a estes graves inconvenientes e ainda para dar maior incremento à revista e lhe aumentar o nível cultural mediante uma colaboração selecta, principalmente sobre os problemas mais importantes da nossa História Eclesiástica em si e nas suas implicações com a História de Portugal, a Comissão de Redacção vem pedir a Vossa Excelência se digne conceder-lhe:

1) Um subsídio de Esc. 47 115\$00 (quarenta e sete mil cento e quinze escudos) para poder liquidar o seu actual débito à União Gráfica;

2) Um subsídio anual de Esc. 10 000\$00 (dez mil escudos) para a revista poder sair regularmente e a um nível que prestigie a cultura nacional sobretudo no estrangeiro.

Pede deferimento

Lisboa, 24 de Junho de 1965

Pela Comissão de Redacção da LUSITANIA SACRA

(P. Avelino de Jesus da Costa)

(P. Miguel de Oliveira)

A 30 de Julho seguinte, comuniquei a Mons. Miguel de Oliveira a resposta que no dia 27 me deram pessoalmente no referido Instituto: Este resolveu adquirir vinte colecções dos seis volumes já publicados e vinte exemplares de cada volume a publicar. Como o preço de cada volume se fixou em 75\$00, o subsídio do Instituto correspondia a 9.000\$00 para amortização da dívida e a 1.500\$00 para cada volume a publicar.

Suspensão ou transferência da *Lusitania Sacra*?

A situação económica da revista foi-se agravando a ponto de estar iminente a suspensão, por subir a dezenas de contos a dívida dela à União Gráfica.

Para evitar esse desastre, cheguei a sugerir a Mons. Miguel de Oliveira a transferência da revista para uma casa editora que se responsabilizasse por ela, o que talvez se conseguisse em Coimbra.

Dentro desta ordem de ideias, escrevi a Mons. Miguel de Oliveira a 9 de Fevereiro e a 9 de Abril de 1965 a dizer-lhe:

«E a *Lusitania Sacra* tem possibilidades de continuar a publicar-se? Em caso negativo, não seria preferível tentar a publicação noutro lado, havendo quem se responsabilize pela sua continuação no futuro?

V. Rev.^a falou-me há tempos na dívida e que desejava que a pagasse quem continuasse com a revista, entregando-lhe então os volumes em depósito. Com este encargo, tornar-se-á mais difícil encontrar quem tome conta dela.

Não havendo quem possa adiantar o dinheiro, não seria preferível continuar com ela a deixar morrer tudo?...»

Em resposta, enviou-me uma carta a 16 de Maio, que testemunha o seu respeito e até gratidão para com a atitude da União Gráfica e do

seu ilustre Director relativamente à *Lusitania Sacra*, como se conclui das suas palavras:

«Meu caro Dr. Avelino:

A sua carta de 9 de Abril chegou no momento em que me dispunha a sair para Válega, onde passei a Semana Santa e a Páscoa. Entendi que não devia tomar nenhuma resolução a respeito da revista, sem ter uma conversa com o nosso Director. Ora ele saiu também nessa altura a convalescer de uma doença e, desde que regressou, tem andado tão ocupado que não me atrevi a roubar-lhe um quarto de hora. Amanhã sairá para a América, e terei de aguardar o seu regresso. (...).

Tenho, porém, os compromissos com a União Gráfica. Executou ela os 6 volumes publicados sem instar comigo pelo pagamento. Não posso, evidentemente, mudar de tipografia sem me entender com o Director.

Como vê, não estou ainda habilitado a responder às suas cartas. Para dispormos de inteira liberdade, precisávamos de poder liquidar a conta com a tipografia. Por outro lado, a revista precisaria de ir saindo para se venderem os volumes atrasados...».

Subsídio do Episcopado Português

Começou-se bem cedo a mostrar ao Venerando Episcopado Português que a *Lusitania Sacra*, estando ao serviço da Igreja, precisava que a mesma Igreja a auxiliasse economicamente, para poder manter-se e aumentar em expansão e nível cultural.

Em 1963, expus pessoalmente em Roma a situação da revista ao Snr. Cardeal-Patriarca, aconselhando-me ele a que, após o regresso a Portugal, lhe apresentássemos um memorial para ser estudado na Assembleia do Episcopado.

Transmiti a recomendação a Mons. Miguel de Oliveira, mas as coisas foram-se protelando, de modo que só em 1965 se chegou a estudar a questão, como consta da seguinte carta:

«Lisboa 1-VI-65

«Meu caro Dr. Avelino:

O Dr. Isaiás da Rosa Pereira, que também se interessa pelos destinos da *Lusitania Sacra*, informou-se junto do Senhor Cardeal-Patriarca acerca do resultado da minha diligência junto da Assembleia Episcopal.

Sua Eminência estranhou que ainda mo não tivessem comunicado. É que o respectivo Secretário teve de se preocupar com a mudança para Viseu.

Foi resolvido apoiarem a edição, em termos que Sua Eminência me dirá, quando pudermos falar (tem estado doente). Entretanto, convém organizar o novo tomo.

E aqui venho eu trazer-lhe a agradável notícia e pedido de colaboração quer sua, quer de outros, que entenda convidar. Seria bom não demorarmos muito...».

O subsídio concretizou-se na compra de determinado número de exemplares da revista por parte de cada diocese, conforme as respectivas posses, quer quanto aos volumes já publicados, para amortizar a dívida contraída, quer quanto aos volumes futuros, de modo a garantir a sua continuidade.

O resultado não foi, porém, tão eficaz como se esperava, porque nem todos os prelados se prontificaram a adquirir logo os volumes correspondentes às respectivas dioceses, do que se me queixou Mons. Miguel de Oliveira numa das últimas cartas que me escreveu, a 18 de Setembro de 1967:

«...Vim de férias há poucos dias e ainda não pude inteirar-me completamente dos assuntos da Revista. Parece-me que ainda se não deram por achados alguns Prelados. Alguns foram um pouco desagradáveis. Agora, só parece interessar a Liturgia ... em vernáculo.»

Quer dizer, Mons. Miguel de Oliveira vivia os problemas da revista como se fossem seus (e eram-no em grande parte), alegrando-se ou entristecendo-se, conforme as coisas corriam bem ou mal para a revista.

O futuro da *Lusitania Sacra*

Sentindo as forças a faltar-lhe, Mons. Miguel de Oliveira, em fins de 1967, comunicou ao Snr. Cardeal-Patriarca que não podia continuar com a responsabilidade da revista, pondo à disposição de Sua Eminência o que dela tinha em sua posse.

O Snr. Cardeal-Patriarca encarregou então o Rev. Cónego Dr. Isaiás da Rosa Pereira de contactar com Mons. Miguel de Oliveira e de orientar as coisas de modo a garantir a continuidade da revista, que viria, provavelmente, a passar para a Universidade Católica, como projectara a Comissão de Redacção, logo desde o vol. I da *Lusitania Sacra*.

Foi dentro desta mesma orientação que, em Setembro de 1968, enviei a Sua Eminência, com destino à Biblioteca da Universidade Ca-

tólica, todas as revistas estrangeiras que tinha recebido em permuta. Juntei, como oferta pessoal, uma importante colecção de dezenas de manuscritos de apostilas de Direito Canónico, dos séculos XVI e XVII.

No ano de 1968, o Rev. Cón. Dr. Isaías da Rosa Pereira convocou duas reuniões da Comissão de Redacção da *Lusitania Sacra* e de alguns dos seus colaboradores para se estudar a melhor maneira de garantir a continuidade da revista, não obstante ter falecido já Mons. Miguel de Oliveira, seu principal obreiro.

Na última reunião, resolveu-se enviar um memorial ao Snr. Cardeal-Patriarca, expondo-lhe as medidas que parecia conveniente adoptar para se tornar realidade o Centro de Estudos de História Eclesiástica e se garantir a sobrevivência e nível cultural da *Lusitania Sacra*.

Tendo sido encarregado de redigir esse memorial, enviei-o a Sua Eminência a 17 de Janeiro de 1969, indicando o modo como, em nosso entender, o Centro de Estudos de História Eclesiástica e a *Lusitania Sacra* poderiam agregar-se à Universidade Católica, trabalhando em colaboração com ela e debaixo da sua superior orientação, com vantagens para todos, mas sobretudo para a Universidade. É que, adaptando uma frase já bem conhecida, todos não somos de mais para levar a cabo o ingente trabalho de investigação que há a fazer entre nós no campo da História, entendida em sentido lato, ou seja abrangendo também a História do Direito Canónico, da Cultura, da Filosofia, Liturgia, Sagrada Escritura, Teologia, etc.

Se as Entidades responsáveis entenderem que não convém anexar o referido Centro e a *Lusitania Sacra* à Universidade Católica, procurar-se-á outra Instituição Científica, onde possam enquadrar-se para bem da Cultura Portuguesa.

E para encerrar este acto de homenagem a Mons. Miguel de Oliveira, faço minhas (e julgo poder dizer o mesmo dos outros membros da Redacção e dos colaboradores da *Lusitania Sacra*) as palavras que lhe dedicou o Rev. P. António Brásio, incansável investigador e ilustre historiador, a quem a revista muito deve.

«A minha saudade

O trato de amizade com Mons. Miguel de Oliveira, tantos anos mantido inalterável e até cada vez mais incentivado à medida que a doença ia minando aquele arcabouço tão frágil, polarizou-se à roda da revista de história eclesialística que durante anos sonhámos juntos, do Centro de Estudos de His-

tória Eclesiástica do qual a *Lusitania Sacra* seria o órgão e laço que ao Centro prenderia meia dúzia de pioneiros dedicados e sacrificados pela cultura eclesiástica em Portugal. Saiu efectivamente em 1956 e publicaram-se sete volumes, que desde o primeiro ao último encerram estudos de muito valor.

A alma, o concatenador, o revisor, o organizador foi Mons. Miguel de Oliveira, eleito por unanimidade para o cargo. Fui testemunha, repetidas vezes, do calor, do carinho que lhe dedicava, e que só preocupações materiais para a manter enevoaram os horizontes do seu entusiasmo e optimismo.

Criou-se, assim, entre nós, uma camaradagem de idênticos anseios culturais, de ideal comum, infelizmente friamente compreendidos do grande público eclesiástico português, já que a *Lusitania Sacra* viveu e continuará a viver em dificuldades..., porque pensamos que, apesar de tudo, continuará a viver.

Mas seja qual fôr o seu destino — o futuro só a Deus pertence — o nome e a marca indelével da personalidade de historiador de Mons. Miguel de Oliveira ninguém os poderá esquecer nem safar. E tanto mais que muito dificilmente poderemos agora encontrar quem se dê, com a altura e vastidão cultural de Mons. Miguel de Oliveira, a sustentar e acarinhar a nossa *Lusitania Sacra*...

Lembro, finalmente, nesta breve nota de saudade, que tive a honra de, na Academia Portuguesa da História, fazer uma breve e modesta comunicação a que presidiu Mons. Miguel de Oliveira. Foi a última comunicação que até hoje ali fiz. Mas recordo ainda a pertinência das explicações que pedi, as palavras amigas que proferiu, que foram também as últimas que lhe ouvi.

Cambaleante de saúde, sem dúvida, já nesse dia, mas sem que nada de especial me fizesse prever que tão cedo tivesse chegado a hora da sua partida...

Recordo a sua amizade, que honrava quantos e muitos eram os amigos que tinha... Melhor, amizade que deixou de ser é porque nunca foi.

Padre António Brásio» (5).

E a melhor maneira de honrar e perpetuar a saudosa memória de Mons. Miguel de Oliveira é (julgo eu) manter, expandir e prestigiar o Centro de Estudos de História Eclesiástica e a *Lusitania Sacra* com o mesmo carinho, dedicação e entusiasmo que ele sempre lhes votou.

P. Avelino de Jesus da Costa

(5) *Letras e Artes* de «*Novidades*», de 3 de Março de 1969.